

AS LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA NO SETOR ELÉTRICO: POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA ENERGÉTICA NO BRASIL

Henrique Oliveira de Andrade

Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Sergipe (UFS), Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – hgeouefs@gmail.com

Eraldo da Silva Ramos Filho

Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS); Pesquisador do Grupo de Trabalho CLACSO Estudos Críticos do Desenvolvimento Rural e da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA) Coordenador do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) - eramosfilho@gmail.com

RESUMO: A proposta deste trabalho está relacionada com o desenvolvimento dos estudos em nível de doutoramento em Geografia junto à Universidade Federal de Sergipe. A pesquisa em tela, parte da necessidade de estudos aprofundados quanto à territorialização do capital e à produção do espaço com vistas à compreensão acerca dos conflitos territoriais relacionados com a implantação de linhas de transmissão de energia. O objetivo deste trabalho é analisar a implantação de linhas de transmissão de energia atrelada à lógica dos grandes projetos de desenvolvimento acerca da falácia da segurança energética das políticas públicas de energia no Brasil. Diante disso, as linhas de transmissão de energia elétrica serão os focos analíticos junto aos desdobramentos no território em conflito sob a égide dos interesses capitalistas de acumulação de capital e reprodução ampliada do capital de forma multi e transescalar. Para tanto, o prisma metodológico está centrado na análise documental, bibliográfica e principalmente do processo de desenvolvimento da pesquisa participante nas comunidades camponesas e quilombolas impactados diretamente pelas Linhas de Transmissão de Energia (LTE). Quanto aos resultados preliminares, apontamos que as infraestruturas materializadas nas linhas de transmissão de energia representam a efetividade na expropriação nas comunidades quilombolas e camponesas e a promoção do desenvolvimento atrelado ao caráter expansivo do capital financeiro. Assim, enfatizamos que as políticas públicas de energia, materializadas na Política Nacional de Energia (PNE) assume o caráter de efetivar a territorialização do capital por meio das infraestruturas energéticas, desencadeando diversos conflitos territoriais no campo brasileiro.

Palavras Chave: Território, Desenvolvimento, Energia, Capital e Financeirização.

RESUMEN: El propósito de este trabajo está relacionado con el desarrollo de estudios a nivel de doctorado en Geografía en la Universidad Federal de Sergipe. Esta investigación se basa en la necesidad de profundizar en los estudios sobre la territorialización del capital y la producción del espacio, con vistas a comprender los conflictos territoriales relacionados con la implantación de líneas de transmisión eléctrica. El objetivo de este trabajo es analizar la implantación de líneas de transmisión eléctrica vinculada a la lógica de los grandes proyectos de desarrollo y a la falacia de la seguridad energética en las políticas públicas de energía en Brasil. Para ello, las líneas de transmisión de energía eléctrica serán el foco analítico, junto con las consecuencias para el territorio en conflicto bajo la égida de los intereses capitalistas de acumulación de capital y de reproducción ampliada del capital de forma multi- y trans-escalar. Para ello, el prisma metodológico se centra en el análisis documental y bibliográfico y, sobre todo, en el proceso de desarrollo de la investigación participante en las comunidades campesinas y quilombolas directamente impactadas por las Líneas de Transmisión Eléctrica (LTE). En cuanto a los resultados preliminares, señalamos que las infraestructuras materializadas en las líneas de transmisión de energía representan la expropiación efectiva de las comunidades quilombolas y campesinas y la promoción del desarrollo vinculado al carácter expansivo

del capital financiero. Así, destacamos que las políticas públicas energéticas, materializadas en la Política Nacional de Energía (PNE), tienen el carácter de efectuar la territorialización del capital a través de las infraestructuras energéticas, desencadenando diversos conflictos territoriales en el campo brasileño.

Palabras clave: Territorio, Desarrollo, Energía, Capital y Financiarización.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela, parte da necessidade de estudos aprofundados quanto à territorialização do capital e à produção do espaço com vistas à compreensão acerca dos conflitos territoriais relacionados com a implantação de linhas de transmissão de energia. Relaciona-se diretamente com a dissimulação do capital mediante a apropriação discursiva das políticas públicas de segurança energética, engendradas pelo estado brasileiro como forma de potencialização da acumulação de capital por parte de conglomerados internacionais/nacionais de especulação ligadas à área da energia.

Prima-se também pela compreensão da totalidade no contexto da produção capitalista do espaço como centro da abordagem geográfica hodiernamente e que no intuito de constituir um leque de questões norteadoras, ancora-se no território, compreendido à vista do conflito, qual seja, o jogo capitalista da luta de classes sociais. Dito isso, o território como categoria derivada do espaço geográfico, apreendido em suas especificidades, é compreendido como totalidade e dessa forma, intenta-se por meio dos emaranhados processuais da lógica capitalista de produção, analisar o território dominado pelo capital e por conseguinte as formas de reprodução deste no contexto geográfico.

Diante disso, primamos por um estudo de cunho crítico que desvela as condicionantes do capital, estado e espaço e, presente de forma reflexiva os aspectos da realidade concreta que embasados nas contradições, produzem a apreensão da realidade de forma multifacetada.. Tal estudo está em conexão com os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Conflitos Socioambientais (IFBA/UEFS/UFRB) atuando junto às comunidades quilombolas de Feira de Santana e Antônio Cardoso na Bahia.

O objetivo deste trabalho é analisar a implantação de linhas de transmissão de energia (LTE) atrelada à lógica dos grandes projetos de desenvolvimento acerca da falácia da segurança energética das políticas públicas de energia no Brasil. Nesse sentido, analisa-se o discurso da segurança energética por meio da Política Nacional de Energia (PNE), documentos institucionais e situações concretas acerca da operacionalidade das LTE no bojo



das problemáticas dos licenciamentos ambientais e violações dos direitos humanos e territoriais.

METODOLOGIA

As linhas de transmissão de energia elétrica serão os focos analíticos junto aos desdobramentos no território em conflito sob a égide dos interesses capitalistas de acumulação de capital e reprodução ampliada do capital de forma multi e transescalar. Para tanto, o prisma metodológico está centrado na análise documental, bibliográfica e principalmente do processo de desenvolvimento da pesquisa participante nas comunidades camponesas e quilombolas impactadas diretamente pelas Linhas de Transmissão de Energia (LTE).

Nesse bojo, nos assentamos em Triviños (1987) quando reflete que o critério de verdade no materialismo histórico dialético é a práxis social. As informações primárias partem da problematização dos bancos de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Aqui apontaremos as principais dimensões relacionadas com a implantação das linhas de transmissão e suas conexões com os agentes estatais e empresas do capital nacional e internacional.

Nesse ínterim, emerge as contribuições valiosas de Batista (2014), quanto ao papel da cartografia que desvele as contradições e discuta um processo totalizante no contexto da reprodução da vida por meio do mapa em suas múltiplas relações e processos contraditórios, associado com a produção de mapas que desvelem a realidade e que conduzam à compreensão da dinâmica socioterritorial. Assim, a análise das linhas de transmissão de energia tem como intento o desvelamento da produção capitalista do espaço acerca da constituição do fetiche da energia elétrica, enquanto mercadoria, relacionado com as infraestruturas de segurança e transição energética e os impactos e conflitos territoriais decorrentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

As estratégias de acumulação e reprodução ampliada do capital constituem a essência do modo de produção capitalista e como tal, a expansão de atividades econômicas que visem a superexploração do trabalho e da natureza. Vale ressaltar, que em período de crise estrutural, como resalta Mézaros (2011), tais processos se aguçam e engendram na

sociedade de forma mais efetiva e violenta, como ação de recuperação de investimentos buscando novas táticas de crescimento econômico que visem produção de mais valor.

Para a Geografia, a compreensão acerca da implantação das linhas de transmissão de energia é vista como uma ação que engendra diretamente a produção de conflitos territoriais, desencadeando processos complexos e contraditórios, no campo e na cidade, associados diretamente à territorialização do capital por meio da ação dos grandes projetos de desenvolvimento no setor energético, que, associado com a ação estatal da segurança energética possibilita diversas violações nas comunidades e ao território em suas diversas escalas, produzindo o território em conflito das linhas de transmissão de energia.

A energia no contexto do capital e seus desdobramentos na forma de energia elétrica, constituem-se segundo Grespan (2021), Iasi (2011) e Netto (1981) na formatação concreta de alienação, fetichismo e ideologia, e tal tríade configura e potencializa a produção do espaço sob a égide dos interesses capitalistas. Diante disso, os conflitos territoriais e o território em conflito se configuram como a aparente dinâmica da luta de classes nos países periféricos e dessa forma produzem a interrelação entre Capital e Trabalho.

A segurança energética se apresenta nesse sentido como a faceta do discurso do Estado a partir da linguagem institucional das políticas públicas como a dimensão de gerência do capital sobre as forças produtivas no âmbito da energia caracterizando o impacto direto da classe dominante sobre a classe trabalhadora. A ideologia em Iasi (2011) atua nesse sentido diretamente como aparelho de reprodução ampliada do capital a partir da dissimulação deste na condução coercitiva do trabalho pelo capital sob a batuta do Estado.

Nesse sentido, Quaini (1979), apresenta a dimensão da mercadoria enquanto fetichismo e nesse sentido, é possível inferir que a energia se consolida como alienação, uma simulação da liberdade, porém, atuando diretamente como prisão. Segundo Quaini (1979, p. 66), “a condição principal da produção capitalista é justamente tanto a força do trabalho quanto as condições e os meios de trabalho e subsistência se tornem mercadorias e como tais venham a ser trocados para produzir novos valores de troca e reproduzir em escala crescente a relação capitalista”.

Nesse contexto, as problemáticas acerca dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos (GPDE) estão assentadas na dimensão contraditória da falácia da segurança energética nacional, a qual potencializa processos intensivos de fluxos de capitais por meio de multinacionais capitaneadas também por recursos públicos.

No sentido da compreensão e análise da escala geográfica, é importante frisar os estudos de Gomez (2006), o qual reflete acerca dos processos de desenvolvimento e controle social os leques de abordagem para a condução de crítica da Geografia quanto às dinâmicas de tensão e dominação engendradas no território. Aqui nas trilhas teórica do supracitado autor, não analisamos a escala como hierarquia ou classificação, mas sim numa rede complexa de compreensão da realidade geográfica, qual seja a espacial, sob o prisma das formas de desvelamento do espaço geográfico haja vista suas desigualdades pormenorizadas por estratégias de desenvolvimento lastreadas pelos ideários do capital em seu processo de expansão, materializadas nas linhas de transmissão de energia por meio dos processos de conflitos a ela relacionadas.

A compreensão da historicidade e contradições da implantação das linhas de transmissão de energia em estudo se revela por meio da abordagem do pesquisador implicado que se materializa na pesquisa participante e militante, no sentido de imersão na preliminar para reconhecimento da realidade concreta em sua totalidade numa lógica transescalar, ou seja, as conexões entre a ação do estado, a dimensão do capital e o processo de luta de classes engendradas pelos processos de contestação dos coletivos de trabalhadores nas comunidades quilombolas e camponesas.

Vale ressaltar que o modelo do sistema elétrico nacional é engendrado de ações privatizantes camufladas de gestão estatal, desde a concepção da ANEEL no bojo das entidades reguladoras para atender os interesses capitalistas, a ONS como ente operador do sistema com funcionamento gerido pelas cooperações demandantes do SEB, e também a CCEE como central na comercialização da energia elétrica produzida e que contempla a gestão pelas comercializadoras de energia tanto do mercado regulado como o livre.

No bojo da Política Nacional de Energia (PNE), as lógicas de fomento do Estado ao amplo desenvolvimento das capacidades produtivas do país no sentido da visão de curto, médio e longo prazo, ou seja, obras e ações em diferentes escalas e temporalidade, visando a amplitude continental do Brasil, mas também buscando a interveniência com a rede de órgãos públicos da área produtiva, ambiental e social com o objetivo de compreender a lógica das forças produtivas, os eixos de desenvolvimento e atividades produtivas nas regiões brasileiras.

Assim, a PNE ascende à dimensão estratégica de política nacional de sustentáculo do desenvolvimento do país com as ferramentas e instrumentos que visam a localização de infraestruturas, a visão de longo prazo e também o envolvimento do setor produtivo na tomada de decisões. Tais emaranhados normativos e de disputa de hegemonia serão

apresentados nas seções posteriores no debate relacionado com a PNE e a instalação de linhas de transmissão de energia.

Em sua essência a PNE se constitui como ação integradora e articuladora da produção do espaço capitalista no Brasil, por meio da constituição do arcabouço da política pública nacional que viabiliza a questão da apropriação privada da natureza, sob a égide do estado como mediador e conciliador de interesses de grupos empresariais nacionais e internacionais que atuam em rede no contexto do capital financeiro.

Diante disso, a estratégia energética nacional se converte na constituição da rede de energia nacional, integrada fisicamente à lógica territorial/ regional na América Latina por meio da Itaipu binacional e que sustenta a lógica espoliadora do capital por meio da especulação e busca incessante de acumulação de capital. A ação especuladora se conforma por meio dos leilões de energia das infraestruturas de geração e transmissão de energia que foram privatizadas em 1995, processo este que efetivou a redução gradual de ação do estado como atividade pública e ancoradas no sustento da ação especulativa do capital.

Quaisquer das interações programáticas e críticas a tais processos, faz-se necessário analisá-las sob a ótica do processo autoexpansivo do capital, que permeados pelas estratégias de estado engendradas pela PNE, potencializaram a linguagem das mercadorias no setor elétrico nacional materializadas na ideologia da segurança energética para o capital. Como consequência deste processo, há a subjugação do território e a sujeição das comunidades camponesas e quilombolas aos processos especulativos do capital que, rompe a possibilidade de autonomia energética em detrimento da subordinação do trabalho e da natureza aos interesses capitalistas. A linguagem efetiva está dinamizada pela lógica do desenvolvimento desigual e combinado como formatação de espaços da miséria que em rede transescalar condicionam a igualização e diferenciação de áreas no sentido de propiciar a articulação e integração local-nacional-global. Smith (2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares desta presente pesquisa de doutoramento, dialoga com debate acerca da produção do espaço, a territorialização do capital e a problemática das linhas de transmissão de energia como infraestruturas do capital que produzem conflitos territoriais, conforme será demonstrado. Nesse sentido, são problematizadas as questões relacionadas com o processo de implantação de linhas de transmissão de energia (LTE), Porto Sergipe-Sapeaçu na Bahia e Sergipe, Camaçari-Sapeaçu e Feira de Santana-Sapeaçu na Bahia, Miranda no Maranhão, Gralha Azul no Rio Grande do Sul e Tucuruí no Amazonas.

Assim, analisa-se a dissimulação do capital e as inter-relações com as ações do estado por meio de implementação de infraestruturas de energia que produzem conflitos territoriais, a expropriação de comunidades e diversos impactos ambientais, sob a égide da segurança energética. Nesse sentido, parte-se das premissões orientadoras de Alentejano e Tavares (2019) quanto aos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD) no Brasil.

No contexto do setor elétrico, Gonçalves Junior (2007) apresenta estudo acerca da indústria elétrica nacional, analisa as transformações no modelo do SEB e discute os condicionantes e estruturas organizacionais que desenvolveram o sistema elétrico brasileiro, porém apontando que a sociedade (classe trabalhadora) nunca foi convidada a debater e apresentar propostas a tais mudanças e condicionantes, ocasionando diretamente a tomada de decisões do estado brasileiro alocada nas relações com o capital financeiro. Em análise da crítica de base marxista acerca da Geografia histórica do setor elétrico brasileiro, Lima (2015) enfatiza os elementos estruturais da energia no Brasil, enfatizando as condicionantes históricas e as dinâmicas dos discursos governamentais.

Nesse contexto, as problemáticas acerca dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos (GPDE) estão assentadas na dimensão contraditória da falácia da segurança energética nacional, a qual potencializa processos intensivos de fluxos de capitais por meio de multinacionais capitaneadas também por recursos públicos. De outro lado, potencializa-se a expropriação das comunidades relacionadas com os licenciamentos ambientais contenciosos e também a efetivação das faixas de servidão administrativas que de forma direta impactam na questão agrária das comunidades e com desdobramentos efetivos na dimensão fundiária. (Andrade e Ramos Filho, 2021).

No bojo das faixas de servidão (instrumento legal do código civil brasileiro), é importante frisar que as mesmas condicionam o processo de tomada e extração de terras das comunidades e seus proprietários frente a inutilização de áreas para a reprodução da vida nas comunidades, o que diretamente inviabiliza a produção camponesa de alimentos e condiciona a expulsão de frações de populações expropriadas para centros urbanos.

A conjuntura territorial desse recorte de pesquisa é relevante, visto a existência de diversas ações de Estado que, atreladas às grandes corporações do capital financeiro, que promovem conflitos diversos junto aos povos do campo, em suas múltiplas formas de organização e resistências. Dessa forma, avaliar tais problemáticas espaciais promove a inserção do conhecimento geográfico com vistas a um estudo da Geografia do Conflito

respalçado em Dantas (2021, p. 34), quando afirma que “os conflitos territoriais são inerentes à formação territorial do Brasil”.

O território em conflito e os potenciais conflitos territoriais, baseados em Ramos Filho (2008) e Conceição (2021), estão relacionados com a emergência da atuação de empresas transnacionais na implantação de “estratégias de desenvolvimento”, articuladas com a acumulação de capital engendradas pelo Estado Brasileiro, no qual impacta diversas comunidades quilombolas e camponesas que estão em amplos processos de lutas, resistências e articulações frente a esse modelo.

Os resultados preliminares, expressam um caminho metodológico de atuação conjunta com as organizações populares, na forma de ciclos de atividades técnicas, acadêmicas e comunitárias com o GT Conflitos Socioambientais, o Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais (LABERUR/UFS), reuniões junto ao INCRA e MPF, com sindicatos dos trabalhadores rurais, reuniões em diversas comunidades, apoio na realização de audiências públicas, análise e leitura de documentos institucionais referentes à LT, tais como planos quilombolas, projeto básico da obra, licenças ambientais já liberadas pelo IBAMA, apoio na construção de ação civil pública, realização de debates virtuais acerca da LT e seus impactos, leitura e levantamento bibliográfico e cartográfico, construção preliminar da cartografia social dos territórios impactados pela obra, dentre outras etapas de cunho científico, militante e participativo.

As lutas e enfrentamentos engendrados pelas comunidades se materializam em manifestações públicas, cartas de repúdio e mobilizações diversas no sentido de propor uma agenda de discurso que apresente à sociedade uma outra lógica de produção do espaço que não a capitalista. Tais processos, exasperam a lógica e operacionalidade do discurso oficial do estado brasileiro quanto à segurança energética enquanto instrumento ideológico de conformação das políticas públicas na área de energia (Brasil, 2020). Destaca-se nesse processo situações concretas quem estão em fase de inventariação, análise de conflito territorial, pesquisa documental, investigação da rede de financeirização dos capitais nacionais e internacionais, estudo dos processos de licenciamentos ambientais e demais autorizações por parte dos órgãos públicos.

No contexto das LTE, a constituição do Sistema Integrado Nacional (SIN) é a formatação técnica da conexão entre todos os sistemas de produção, transmissão, distribuição e consumo da rede elétrica brasileira, sendo tal processo em sua essência o formato efetivo da subjugação do território e a sujeição do trabalho e da natureza atrelados à lógica da acumulação do capital.

Tal dinâmica espacial está atrelada ao processo especulativo e autoexpansivo do capital, que o mesmo aprisiona o âmbito industrial nacional por meio de maquinários importados, que atuando em rede internacional dinamiza-se pelo financiamento junto a bancos privados e públicos. De outro lado, ocorre a extração de renda extraordinária dos sistemas elétricos financiados pelo consumo de energia residencial e industrial, dinamizado pelo trabalho assalariado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, apontamos acerca da dimensão na escala geográfica de Brasil para a análise crítica das infraestruturas de energia no processo de territorialização do capital por meio do discurso da segurança energética engendrado pelas políticas públicas de energia materializadas na Política Nacional de Energia – PNE.

Nesse sentido, destacamos que o *locus* da pesquisa se dá no conjunto das LTs mapeadas previamente e apontadas aos conflitos territoriais. Portanto, as infraestruturas materializadas nas linhas de transmissão de energia representam a efetividade na expropriação nas comunidades quilombolas e camponesas e a promoção do desenvolvimento atrelado ao caráter expansivo do capital financeiro.

Dito isso faz-se central o desvelamento do conjunto social tendo as questões centrais acerca do território em conflito, as infraestruturas de energia elétrica, do aparato do estado e ação do capital como delineador de formas e processos que obscurantizam o pensar e ser de uma Geografia fetichizada por valores alheios aos interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, a Geografia aqui é compreendida na ótica de Moreira (1980) sob a égide da democracia, partilha e liberdade.

Intenta-se produzir um estudo crítico que desvele a reprodução do espaço da miséria, as problemáticas relacionadas com a produção do espaço relacionadas à energia, os conflitos territoriais, a financeirização da natureza e seus desdobramentos nos condicionantes de políticas públicas de segurança energética que aprisionam a sociedade, o espaço e o território aos anseios e dissimulações do sistema sociometabólico do capital.

Nesse contexto, há subjugação da produção do espaço aos interesses capitalistas, produzindo o território do capital, o qual no contexto da energia elétrica constitui-se na articulação imbrincada da produção, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica sob o formato capitalista, camuflado a partir da segurança energética.

- ALENTEJANO, P.R.R. & TAVARES, E. Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, ano 34, v 1 n 52. p. 190-233, 2019.
- ANDRADE, H. O. e RAMOS FILHO, E. S. **Conflitos territoriais e implantação de linhas de transmissão de energia**. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78043>>. Acesso em: 11/02/2022.
- BRASIL, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Nacional de Energia 2050** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2020.
- CONCEIÇÃO, A.L. Usos e abusos da categoria território. In: **Revista da ANPEGE**. v. 17. nº. 32, p. 7 - 21, ANO 2021.
- DANTAS, J.C. **A Geografia dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro**. Presidente Prudente, Tese de Doutorado. 2021.
- DURAN, R. F. y REYES, L. G. **En la espiral de la energia. Volumen I: Historia de la humanidad desde el papel de la energía (pero no solo)**. 1 ed, 2014.
- FALS-BORDA, O. **Cómo investigar la realidad para transformarla**. In: "<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160308051848/09como.pdf>" Bogotá, 2009.
- GRESPLAN, J. Marx uma introdução. 1ed. Boitempo. São Paulo, 2021.
- GONÇALVES JUNIOR, D. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas fontes e o controle dos excedentes**. Tese (Doutorado em Energia). Programa de Pós-Graduação em Energia. São Paulo, 2007.
- GÓMEZ, M. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural** / Jorge R. Montenegro Gómez – Presidente Prudente : [s.n.], 2006.
- IASI, M. L. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2.ed. -São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LIMA, A. M. **A particularidade de um projeto modernizador: Virgílio Távora e o processo de eletrificação do Estado do Ceará De 1950 A 1980**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza/CE, 2015.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Trad. CORNEJO, F. R. et al. São Paulo: Boitempo, 2009. 133p.
- MOREIRA, R. **A Geografia Serve Para Desvendar Mascaras Sociais**, in Geografia: Teoria e Crítica (O saber posto em questão). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- RAMOS FILHO, E.S. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006)**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia – Unesp).

XV
ENAN
PEGE



ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual – natureza, capital e a produção do espaço.**

Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 250.

TOLMASQUIM, M. As Origens da Crise Energética Brasileira. **Pontos de Vista Ambient.** soc. (6-7) • Jun 2000. Acesso em 30 de janeiro de 2022.